REPÚBLICA E DEMOCRACIA

O futuro não espera

PROMOÇÃO:

Instituto Novos Paradigmas

www.novosparadigmas.com.br

INSTITUTO DEFESA DA CLASSE TRABALHADORA

www.ideclatra.com.br

APOIO:

Instituto Democracia e Direitos Fundamentais

www.direitosfundamentais.org.br

CIRO GOMES
18 JAN
JOSÉ DIRCEU
25 JAN
FLÁVIO DINO
01 FEV
ROBERTO REQUIÃO
05 FEV
GUILHERME BOULOS
08 FEV
BENEDITA DA SILVA
12 FEV
ALOIZIO MERCADANTE
15 FEV
CARLOS SIQUEIRA
20 FEV
CELSO AMORIM
01 MAR
MANUELA D'ÁVILA
08 MAR
MARINA SILVA
12 MAR
FERNANDO HADDAD
15 MAR

LINK PARA AS ENTREVISTAS

Para assistir na íntegra a entrevista com **Ciro Gomes**, clique aqui.

Para assistir na íntegra a entrevista com **José Dirceu**, clique aqui.

Para assistir na íntegra a entrevista com **Flávio Dino**, clique aqui.

Para assistir na íntegra a entrevista com **Roberto Requião**, clique aqui.

Para assistir na íntegra a entrevista com **Guilherme Boulos**, clique aqui.

Para assistir na íntegra a entrevista com **Benedita da Silva**, clique aqui.

Para assistir na íntegra a entrevista com **Aloizio Mercadante**, clique aqui.

Para assistir na íntegra a entrevista com **Carlos Siqueira**, clique aqui.

Para assistir na íntegra a entrevista com **Celso Amorim**, clique aqui.

Para assistir na íntegra a entrevista com **Manuela D'Ávila**, clique aqui.

Para assistir na íntegra a entrevista com **Marina Silva**, clique aqui.

Para assistir na íntegra a entrevista com **Fernando Haddad**, clique aqui.

PERSPECTIVAS CONSENSUAIS

As sínteses apresentadas no capítulo anterior, buscam elaborar um resumo com os principais tópicos abordados pelos mediadores e entrevistados, com diferentes níveis de aprofundamento de cada questão, privilegiando logicamente as áreas de especialidade e interesse das lideranças convidadas, o que determinou tamanhos e ênfases distintas, embora o tempo de conversa tenha sido majoritariamente simétrico. Os trechos destacados dos discursos seguiram uma organização por categorias pré-definidas que correspondem às perspectivas orientadoras das conversas, mas que não necessariamente têm um conteúdo que se encaixa em todas as categorias, para todas as entrevistas. Algumas privilegiam só dois ou três pontos.

Desses resumos, foram feitos cruzamentos para buscar perspectivas que evidenciem consensos nas principais questões e mesmo que apresentem mais de uma visão com possibilidade de convergência.

A seguir são apresentadas essas perspectivas.

1. DESTAQUES INICIAIS

Em todas entrevistas foram localizados **destaques iniciais** que evidenciam **diagnósticos dos cenários e possibilidades de inserção do campo progressista** na disputa por mudanças, na defesa democrática e sobretudo no esforço de combate ao fascismo.

Para **Ciro Gomes**, faltam à política brasileira métodos de diálogo e diagnóstico das questões nacionais, tendo em vista que a Democracia Representativa está em xeque no mundo todo. Visão compartilhada por **Marina Silva**, para quem a política sofre uma perda de potência no mundo, sendo necessária uma democratização da democracia, com novas formas de ativismo e participação promovidas pelos partidos. **Carlos Siqueira** identifica, também, que houve um distanciamento dos partidos da vida cotidiana das pessoas, porque o mundo mudou e os partidos não mudaram o suficiente. De acordo com **José Dirceu** a defesa democrática, a soberania nacional e o combate ao neoliberalismo são compromissos urgentes. Já **Roberto Requião** destaca a precarização do Estado que se transforma em estado policial para conter as revoltas geradas pela perda de direitos. **Flávio Dino** também enfatiza que o Brasil vive momento de retrocesso, refletido de forma aguda pela pandemia. Também nesse sentido **Guilherme Boulos** defende que a oposição a esses retrocessos passa por duas grandes plataformas, a defesa da democracia e as mudanças na economia para defender os interesses populares. **Fernando Haddad** igualmente compreende que o capitalismo não permite a superação dos momentos violentos da história; a globalização colocou desafios importantes e caberá à esquerda enfrentar desafios estruturais e formular um programa de superação. Na mesma direção de que o projeto neoliberal tem por objetivo enxugar o Estado, **Benedita da Silva** entende que é necessário construir uma narrativa que permita a organização do trabalhador e da trabalhadora mais precarizados. **Manuela D'Ávila** do mesmo modo, avalia que a unidade se constrói a partir de pontos de convergência e esses pontos surgem da realidade concreta de um governo que permanentemente fragiliza a democracia e as instituições. **Aloísio Mercadante** alerta sobre essa fragilidade e para o ensaio antidemocrático que poderá desestabilizar o voto popular e **Celso Amorim** alerta para a posição do Brasil no cenário internacional carente da política externa ativa e altiva, solidária, integradora e multipolar que o governo Lula desenvolveu.

Diante desse quadro em que há muita convergência com relação à **gravidade** e à **urgência** de medidas de resistência, todos concordaram em dois pontos: a **necessidade de unificação** e a urgência para que tais medidas e ações sejam pensadas já para 2021 e não para a eleição em 2022. Como, com quais características e com que tipo de repertório essa agenda frentista, essa convergência deve ser desenhada, são os pontos a seguir.

2. CATEGORIAS DE ANÁLISE DISCURSIVA

2.1 Concepção da Frente no combate ao fascismo, configuração e mesa política

Todos, sem exceção, concordam sobre a **necessidade de união**, sobre o desafio colocado e a **obrigação da esquerda em buscar convergência** na defesa democrática e no combate ao fascismo.

Todos também são **unânimes** na ideia de que antes de pensar em 2022 é **necessário enfrentar 2021**, pela urgente defesa da vida e mitigação do desastre econômico. Há, ainda, opinião comum na ideia de **pacto pela não agressão**, posições pautadas pelo respeito, além da tentativa de arrancar/formalizar compromissos de todo o campo democrático para 2022, com ênfase na ideia que no **segundo turno** todos deverão garantir estar juntos, especialmente se o adversário for o Bolsonaro. Como sugere Haddad, é importante criar constrangimentos políticos para que a centro-direita não tome a posição que tomou em 2018. **Carlos Siqueira** se comprometeu a escrever uma **carta convocatória** para todas as forças de esquerda e progressistas que resulte em uma **mesa de debate para a formulação de um programa coletivo democrático** e de desenvolvimento nacional.

Os entrevistados reconhecem que há obstáculos práticos que precisam ser vencidos.

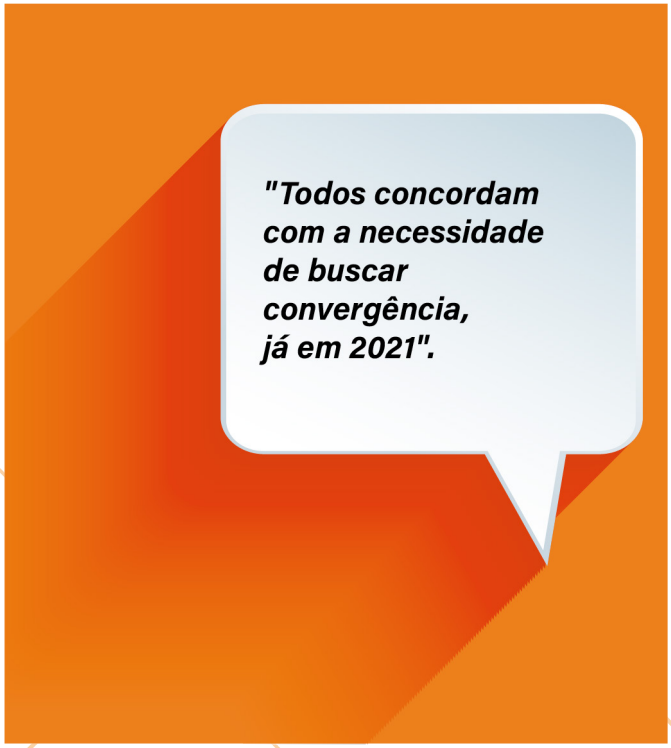
Ciro Gomes alerta que a principal razão dos ataques entre a esquerda e sua subsequente desunião é o **pragmatismo eleitoral**, que nos faz combater quem está no mesmo campo, por protagonismo. Trata ainda das anomalias geradas pelo critério de fundo eleitoral e tempo de Rádio e TV. **Haddad** também chama a atenção para duas mudanças na legislação eleitoral: cláusula de barreira e fim da coligação nas eleições proporcionais, embora, na sua opinião, não sejam impeditivos para firmar unidade já no primeiro turno. De modo muito direto, **Benedita da Silva** é taxativa: ou nos unimos ou vamos para o buraco. Com a aceleração da crise social, aponta a necessidade de formulação de um programa nacional a ser debatido por todos, dos partidos à população. Esse, aliás, é um outro ponto que gera consenso. Para além de nomes, os partidos de esquerda devem pensar em projetos e pautas comuns. **José Dirceu** analisa que é importante radicalizar a democratização dos partidos, sendo necessário pensar outras formas de unidade, levando discussões aos bairros, aos sindicatos, aos movimentos, de baixo para cima. **Roberto Requião** faz uma proposta que considera aristotélica do ato possível: "não podemos desestruturar o Brasil, é preciso articular um governo de transição para outro modelo". Na opinião de **Mercadante** é preciso que essa unidade tenha por objetivo estabelecer parâmetros mais justos para a vida da população. Na mesma linha, **Marina Silva** defende que para acontecer a unidade do campo democrático deve ser alcançado o reconhecimento da diversidade política, da decepção do povo frente à política e o sentido de cada um olhar para si e perceber as diferentes contribuições do período democrático. Já na leitura de **Guilherme Boulos**, a unidade com o dito centro democrático vai só até o impeachment e a vacinação, já que esse setor não favorece uma aliança para 2022 na medida em que fecha as portas para o povo nos debates. De acordo com ele dois pontos são imprescindíveis no projeto da esquerda:

a viabilidade eleitoral sem esperar a centro-direita e a avaliação de até onde esse segmento é capaz na oposição a Bolsonaro. Será necessário, portanto, na visão de Boulos que a esquerda consiga se reconectar com o povo, refundar mecanismos de inserção e no diálogo com as camadas populares. Segundo **Manuela D'Ávila** a unidade precisa acontecer em dois graus diferentes: unidade ampla para a defesa da democracia e enfrentamento ao negacionismo científico e unidade eleitoral, construída a partir de um programa conjunto com herança do trabalhismo e lulismo. **Flávio Dino** reconhece que falta uma atitude de comunhão dentro da esquerda, também por isso é tão importante buscar pontos programáticos que sejam capazes de nos unir e nos vincular a eles, ao invés de debater o que nos separam. Por isso, **Dino** compreende que é necessário construir uma metodologia da unidade, com senso de distinção e condutas como humildade e empatia, olhar mais para frente do que para trás e atenção ao tamanho do programa. Ou seja, seria imprescindível, **pactuar um programa mínimo** baseado no diagnóstico dos problemas nacionais. Os eixos desse programa seriam: questão nacional e soberania, combate à desigualdade social e reestruturação do modelo econômico brasileiro (energia renovável, indústria digital, robótica e tecnologia 5G). Do ponto de vista das Relações internacionais, **Celso Amorim** complementa sugerindo a formulação de uma política externa racional, a defesa da soberania (do Brasil e dos outros países) e a defesa da democracia, da vida e da saúde.

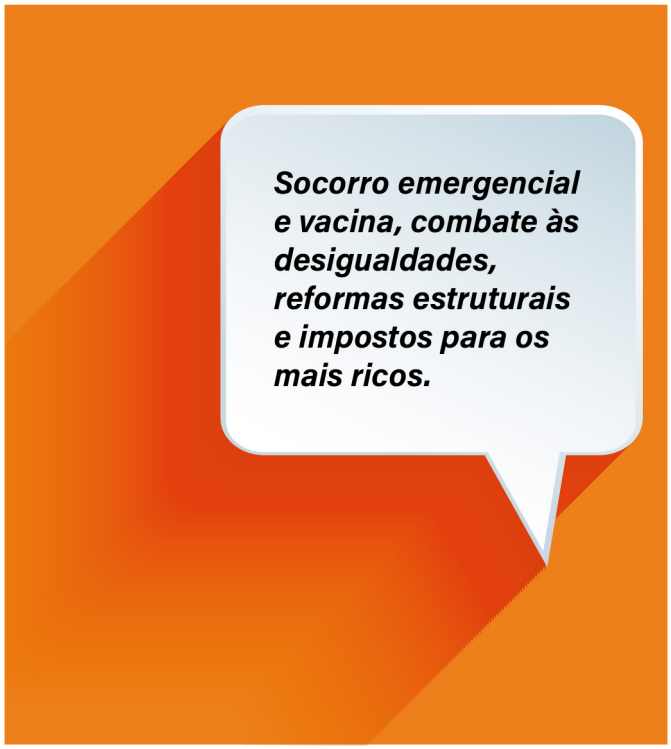
Ciro enfatiza e tem a concordância dos demais, deque é preciso oferecer alternativas viáveis ao Bolsonarismo e não apenas lidar coma negação.

2.2 Concepção do modelo de transição econômico social

Marina Silva sugere que os pontos de contato da agenda progressista, os pilares do projeto estratégico são: **combate à desigualdade social**, criando um novo ciclo de prosperidade; respeito às diferenças e valorização da diversidade e busca por um modelo sustentável de desenvolvimento que seja capaz de se reconectar com o que está acontecendo no mundo. E o mundo precisa convergir em dois aspectos: saúde, o combate à pandemia; além do meio-ambiente, interrupção do colapso ambiental, mudanças na matriz energética e na forma de produção. **Ciro Gomes** define que Saúde Fiscal, no espectro das reformas progressistas, é o Estado com uma capacidade grande de intervenção na sociedade e que cabe ao governo o governo **liderar a retomada do desenvolvimento**. Ele defende que se aponte de onde pode vir o dinheiro porque isso previne o antagonismo. No seu raciocínio isso é fácil porque o Brasil tem um **sistema tributário** tão caricatural que é possível achar R$ 300 bilhões de reais por ano, só em linha com as melhores práticas internacionais, como o imposto sobre patrimônio com alíquota moderada para evitar a fuga de capitais, de 0,5% a 1%- diferente de grandes fortunas- porque vai na pessoa jurídica também; um tributo sobre lucros e dividendos empresariais, uma alíquota progressiva sobre Imposto de Renda. Diz ainda que antes de experimentar inovações monetárias, o Brasil tem que fazer coisas mais simples, como cortar 30% das **renúncias fiscais**, porque existe razão social para isso. Ainda Marina aponta para o caminho



das grandes potências cujas economias serão recuperadas com base no que está colocado no acordo de Paris e os objetivos do desenvolvimento sustentável para enfrentar as consequências das mudanças climáticas, a disrupção tecnológica que traz vantagens fantásticas, mas ao mesmo tempo desafios enormes e coloca a questão da educação e a questão da saúde pública, que é o espaço da cooperação no mundo. **José Dirceu** sustenta que a economia brasileira necessita de um programa **radical de distribuição de renda** e geração de empregos, e que a recuperação virá através do cumprimento da demanda de consumo. O trabalhador participa da renda nacional através do salário, cada vez mais desvalorizado, o que aumenta a participação do rentismo, que só aumenta o luxo do 1% mais rico, que possui 28% da riqueza do país, enquanto os 50% mais pobres possuem 12%. **Flávio Dino lembra que** nenhum país em guerra discute os custos das ações militares antes de realizá-las, por se tratar de uma emergência. Enfatiza que existem outras formas de aumentar a arrecadação do Estado que não interferem na dívida pública, como **os impostos emergenciais e sobre grandes fortunas, que estão na constituição**. E alerta ainda que não existe projeto de desenvolvimento ou combate à desigualdade sem derrubar o teto de gastos. **Guilherme Boulos**, na mesma lógica, sublinha que é preciso a derrota da política econômica que tem massacrado o povo brasileiro, que está entre a encruzilhada de morrer de vírus ou morrer de fome. A plataforma para combater o fascismo de Bolsonaro tem, na opinião de Boulos, um pé na luta democrática e um outro pé na luta pela igualdade social, pelos direitos sociais. Além disso, é preciso reconhecer que o **paradigma do trabalho mudou**, muitos jovens não querem saber de trabalhar de carteira assinada, querem subsídio para empreender, facilidade de crédito para abrir pequenas empresas: "precisamos aprender a dialogar com uma geração que cresceu com o PT e hoje quer mais". Com a **uberização** se criou uma rede de empreendedorismo social que nós vamos ter que aprender a lidar. Complementando, iro analisa que o novo modelo de desenvolvimento que a esquerda precisa entregar ao Brasil vai, necessariamente, passar por: 1- redução da jornada de trabalho, 2- Mudar a visão do papel do emprego na economia, e 3- debater a natureza da empresa privada. **Haddad** propõe uma retomada do crescimento econômico para sair da crise, embora alerte que isso não vai acontecer com o atual sistema financeiro e bancário do Brasil que funciona ao avesso do resto do mundo. Ele reflete que é preciso lutar pelo acesso à terra e à terra urbana, educação, crédito para a população, e integração com a América Latina. De acordo com sua concepção, se a gente ficar prisioneiro do que a esquerda já fez, nós não vamos sair da crise que está colocada. O projeto nacional precisará contar com **medidas mais estruturais**, fazer a reforma bancária, porque não há sistema de crédito no país e mudar, mudar o sistema tributário. **Mercadante** assinala que o atual Governo Federal apresentou três políticas para o enfrentamento da crise: Independência do Banco Central (o que aprofunda a financeirização da nossa economia), Militarização e Privatizações de estatais como a Eletrobrás. **Roberto Requião** critica a adoção de privatização de estatais e sugere que um novo projeto de transição deve ser fundado economicamente em três medidas: controle do Câmbio,



controle dos Juros e política econômica voltada para a geração de empregos. **Benedita da Silva** enfatiza que precisamos de uma esquerda que banque a taxação das grandes fortunas, já que o neoliberalismo cria um novo apartheid que tem por objetivo devolver os negros para a senzala. **Carlos Siqueira** questiona por que que nós precisamos ser o país mais conveniente do mundo para os países ditos desenvolvidos, uma vez que o país produz commodities, sobretudo agrícolas, minerais e precisa comprar quase tudo que os países desenvolvidos produzem industrialmente. Assim, defende que temos criatividade e inteligência suficiente para produzir, formular, mobilizar a sociedade para, por exemplo, na Amazônia, produzir uma atividade econômica sofisticada de biotecnologia, de biodiversidade. **Zé Dirceu** completa: nosso programa de combate ao rentismo precisa debater a dívida pública, que come boa parte do orçamento em juros, o papel do banco central na regulação econômica, os juros de empréstimo bancário que hoje passam dos 40%, e as taxas de câmbio que nos dificultam a participação no mercado internacional.

E associada à estratégia política, **Manuela D'Ávila** sintetiza que as alianças e a plataforma para 2022 se constroem a partir do tripé que deve reger a esquerda em 2021: vacinação para toda a população, auxílio emergencial para o povo não morrer de fome e medidas de isolamento que interrompam a cadeia de transmissão do vírus. Os municípios, na visão de Manuela, podem contribuir para a geração de empregos e renda a partir das compras municipais e incentivando as redes locais de bens e serviços. No campo geopolítico internacional, **Celso Amorim** denuncia que no cenário atual, o Brasil tem relações ruins com todos os principais aliados ao fazer uma anti-diplomacia, sendo necessário retornar à normalidade das Relações Internacionais sendo que na relação com os Estados Unidos, há um avanço positivo porque existe um choque de concepções societárias no mundo hoje e o novo presidente Biden está do ado positivo.

2.3 Soberania, questão ambiental e questão nacional

Celso Amorim chama atenção para o fato de que a desmoralização das Forças Armadas faz parte do projeto de poder do Bolsonaro, assim facilitando a legalização das milícias. Estes, por oportunismo de voltar ao poder se submeteram a uma política contrária inclusive à da ditadura militar, quando abandonaram o desenvolvimentismo em detrimento do rentismo. Na visão do chanceler, precisamos retornar a uma política externa ativa, altiva e solidária, em conjunto com a América Latina para angariarmos poder de barganha nos organismos internacionais e recuperar soberania. **Carlos Siqueira** diz que há um senso de responsabilidade democrática que não está restrito aos partidos nem ao STF, mas que está em toda a sociedade, inclusive em componentes das Forças Armadas, porque, hoje, a maior contradição da sociedade não está entre a esquerda e a direita, mas entre a democracia e o autoritarismo. **Ciro Gomes** alega que é preciso valorizar e investir nas Forças Armadas, que estão se desgastando nesse governo. E também aponta a urgência de reformular a política exterior hoje mantida na base da ideologia, com alinhamento subalterno ao Trumpismo nos Estados Unidos, fazendo a China prepa-

rar alternativas que vão deixar o Brasil falando sozinho internacionalmente. **Guilherme Boulos** aponta que o Brasil se recolocou no mercado internacional como uma fazenda da China, da Europa. Com uma economia extrativista, produtora de commodities. O Brasil tem um potencial internacional de ser muito mais do que isso, a partir de um outro modelo que não necessita de grandes alterações legais, embora seja evidente, que precisaremos desfazer retrocessos. Precisamos de um modelo com investimento em ciência, em tecnologia e inovação, a exemplo do que a esquerda está debatendo internacionalmente, que coloque em questão a matriz energética do nosso país, modais de transporte, economia de carbono zero. Esses debates, na opinião de Boulos, não estão sequer colocados na agenda nacional. **Marina Silva** concorda. Ela sublinha que os esforços no sentido da sustentabilidade são importantes mas são absolutamente insuficientes, requerendo mudanças drásticas, "é urgente transacionarmos para uma economia de baixo carbono, a política não pode seguir no caminho do desenvolvimentismo".

José Dirceu destaca que o Brasil tem importância mundial pelo tamanho do território, da população e da potência tecnológica. Aponta que o Pré-Sal poderia render uma poupança na casa do trilhão, como os países árabes têm, se não tivesse a exploração sido cedida para empresas multinacionais, como parte do esforço neoliberal de desindustrialização.

2.4 Temas comportamentais e de valores

Guilherme Boulos insiste que urge **viabilizar políticas de combate ao racismo e à violência de gênero**, é isso que se espera dos governos por parte significativa da população. Os governos progressistas poderiam ter se utilizado da ferramenta de mobilização social para disputar valores e pautas que a esquerda considera centrais, uma disputa cultural. O Bolsonarismo ganhou as eleições no Brasil e mantém sua base coesa a partir da disputa de valores, da disputa ideológica. **Ciro Gomes** também frisa que a esquerda precisa rever sua inteligência sobre o comportamento da população brasileira. A sociedade brasileira mudou profundamente nestes últimos anos, não só por essa avassaladora onda ideológica do consumismo, mas pela presença disso em coisas mais profundas como a religiosidade do povo brasileiro: a autoajuda, o neopentecostalismo, a teologia da prosperidade. Isso não está só entre os evangélicos. Para Ciro, existe uma faceta identitária na crise: ela tem gênero, cor, idade e endereço. Mas focar só nessa faceta vai colidir com a moral popular, amplamente pentecostal. José Dirceu pensa que é fundamental pensar sobre a presença de evangélicos na política: eles têm o direito de fazer política, como qualquer outro grupo social, o que não pode é virar uma religião oficial do estado, aí sim interfere na liberdade religiosa de outros credos. **Marina Silva demarca** que a fé- e cada um tem a sua- tem a seu favor uma grande conquista da humanidade, que foi a separação entre estado e religião. "O Estado Laico é uma benção para quem crê e para quem não crê" pois ele nos dá a proteção e a oportunidade de expressarmos nossa fé em harmonia com as outras. Há uma instrumentalização da política. Existem fundamentalismos. **Haddad** argumenta que o uso da mentira, da sexualidade, da religião compõe uma série de ingredientes que revolvem elementos atávicos, do processo de formação

da espécie humana, resgatando aqueles sentimentos primitivos que se imaginava superados, com a violência do modelo atual, com o armamentismo.

Nós temos tanta coisa que não foi superada, o patrimonialismo, o machismo, a escravidão. **Manuela D'Ávila** tem acordo nessa análise. As redes de ódio, segundo Manu, se organizam em torno de sentimentos e sensações que são arraigados no nosso povo, como o machismo e a misoginia. A misoginia e o machismo foram os ingredientes que costuraram o golpe contra a presidenta Dilma. Os sentimentos que são trabalhados por esses que propagam o ódio são sentimentos que estruturam a sociedade brasileira, como o caso do machismo e do racismo. Não se transforma uma sociedade racista por decreto, mas por um processo de construção. É o que o PROUNI faz quando coloca milhares de jovens negros pelas cotas na universidade, é um processo social e cultural. **Benedita da Silva** declara que as esquerdas precisam atacar com firmeza a intolerância o fundamentalismo religioso, mas isso não é deixar de **dialogar com os religiosos**, principalmente os evangélicos. O PT, nesse sentido, está abrindo núcleos de evangélicos por todo o Brasil. Os evangélicos que entram para a política entram com o único objetivo de passar a agenda evangélica, o que interfere na laicidade do Estado, mas acabam votando junto com o projeto neoliberal por conveniência, um exemplo é a autonomia do Banco Central, que não tem nada de evangélico, mas era necessário pelas articulações que fizeram. **Flávio Dino** acusa Jair Bolsonaro de ser um sepulcro caiado (alguém que expressa uma imagem irreal de si) pois se elegeu dizendo defender a família e agora abandona as famílias. "Mas dizia ser defensor da família tradicional quando isso não existe, nosso compromisso deve ser com a constituição"

A nossa resposta deve ser sempre com valores que a Constituição garante: liberdades civis plenas e igualdade de direitos perante a leio Estado Laico não é antirreligioso, mas a lógica religiosa não pode interferir nas políticas públicas, uma garantia da Constituição de 1946, proposta por Jorge Amado.

Para **Celso Amorim**, há temas que podem reunir mais gente, especialmente os que tratam de valores civilizatórios. Isso pode se inserir em um debate maior, na formação de uma frente em defesa da democracia e dos ideais progressistas.

RELATÓRIO SÍNTESE DO PROJETO REPÚBLICA E DEMOCRACIA

PESQUISA E REVISÃO:
VITOR MARTINEZ

REDAÇÃO E EDIÇÃO:
SANDRA BITENCOURT

DESIGN:
ANDREA PEREIRA